

## Capítulo 4

# Desenvolvimento: uma reflexão sobre a desigualdade de renda nos países latino-americanos

Handerson Leonidas Sales

### Introdução

O termo desenvolvimento, em suas várias dimensões, é utilizado quando se deseja fazer referência a um processo de melhora progressiva nas condições sociais, culturais, econômicas e políticas de um determinado local ou região. Utilizada equivocadamente como sinônimo de crescimento econômico, a expressão desenvolvimento, na sua acepção mais completa, não se efetiva plenamente nas circunstâncias em que as discrepâncias socioeconômicas tendem a permanecer acentuadas em seu processo progressivo.

As tentativas de esclarecer e/ou justificar o desequilíbrio do complexo desenvolvimento dos países periféricos<sup>1</sup>, como os da América Latina, muitas vezes esbarram na ausência de uma compreensão ampla sobre o papel desses países no sistema econômico mundial, bem como nas raízes dessas distorções estabelecidas em um capitalismo *sui generis*, sob o qual esses países foram conduzidos a um sistema de desigualdade, observado tanto nas condições socioeconômicas internas quanto nas suas relações produtivas, desempenhadas na economia mundial.

Diante desse cenário, estudiosos, a exemplo de Piketty (2015), Amin (1976), Frank (1980), Wallerstein (1985), Furtado (1981), Marini (1976) e tantos outros, dedicaram-se a compreender as razões dos diferentes arranjos de desenvolvimento no

<sup>1</sup> “Os países considerados periféricos e centrais correspondem àqueles que nas relações comerciais apresentam diferentes níveis tecnológico e de avanço industrial, de forma que os menos industrializados são explorados pelos mais industrializados, determinando um sistema autocentrado no abastecimento dos países de alta tecnologia. Nesse contexto, os países da América Latina integram o polo dos países periféricos, dentre os quais o Brasil se destaca na produção de *commodities*” (Sales, 2021, p. 19).

mundo. Entre as variáveis analisadas nesses estudos, a baixa renda e a desigualdade de renda revelam-se peculiares e permanentes nos países periféricos, inclusive nos latino-americanos, integrantes do sistema econômico mundial. Esse contexto alonga-se inerente e continuamente nos seus processos de desenvolvimento por inúmeras décadas.

Compreender esse fenômeno permite avançar nas discussões do desenvolvimento desigual que distancia os países avançados industrialmente dos demais países, notadamente dos países da América Latina. Permite também compreender as consequências dessas desigualdades nesses países, cujo sistema industrial é menos destacado, o que resulta em reduzida qualidade de vida, transformação social e bem-estar de parte majoritária da população.

É possível, logo, questionar: a) como as variáveis de baixa renda e a desigualdade de renda efetivaram-se nos países latino-americanos e em suas condições de desenvolvimento? E quais foram as razões que levaram o desenvolvimento desses países a se distanciar dos países centrais?

Diante dessas inquietações, o objetivo deste estudo é analisar a realidade do contexto do desenvolvimento desigual, sob a ótica da baixa renda e da desigualdade de renda encontrada nos países latino-americanos. Essa análise contribui para as discussões do desenvolvimento socioeconômico no sentido de facultar a compreensão das influências de um sistema econômico dominador, que submete esses países latino-americanos a arranjos de desenvolvimento prejudicial progressivo no âmbito social, político e cultural.

Para isso, este estudo utiliza o método dedutivo por análises bibliográficas, a partir da premissa de que o desenvolvimento tem, em sua essência, a transformação socioeconômica e política de uma sociedade, de forma a proporcionar melhores condições de vida com redução da desigualdade, sob um sistema paradoxalmente acumulativo de capital e de exclusão, levando em conta o marco temporal que envolve observações de pesquisadores cujos dados partiram desde 1913 a 2018.

Este estudo começa por conceituar o desenvolvimento desigual e a baixa renda no trabalho. Posteriormente, dedica-se a discutir a realidade dessas características apresentadas nos países periféricos, com destaque para os latino-americanos, diante do comportamento econômico mundial, e, na sequência, são analisados os reflexos de um sistema econômico de acumulação de riquezas.

## **Desenvolvimento desigual e a baixa renda no trabalho**

A expressão “desenvolvimento desigual” parece soar de forma paradoxal, pois, na compreensão do primeiro termo componente da nomenclatura em referência, desenvolvimento pressupõe a conquista de melhorias transformadoras nas condições socioeconômicas das pessoas, de forma a reduzir a desigualdade existente entre elas. Contudo, a ideia de desigualdade, nesse contexto, apresenta-se como uma força antagonista ao desenvolvimento social.

Vista por outro ângulo, a expressão “desenvolvimento desigual” retrata um certo arranjo de progressivas melhorias para parte da sociedade em um processo de constante desequilíbrio socioeconômico, o qual não atinge igualmente todos os membros do grupo social, o que implica concentração de renda e bem-estar para uma parte e exclusão para outra. É o que demonstra a abordagem de Piketty (2015), ao identificar o aprimoramento das condições socioeconômicas pelo aumento da produ-

tividade. No entanto, essas melhorias não foram capazes de transformar a sociedade dos países periféricos em ambientes mais igualitários, pois, se, pela proposição do aumento da produtividade haverá uma melhoria generalizada para a sociedade, por outro lado, concomitantemente, preservar-se a distância socioeconômica nesses países. O exposto remonta à ideia disseminada por Frank (1980) de um permanente estado, nessas regiões periféricas, de desenvolvimento do subdesenvolvimento.

Desenvolvimento, na perspectiva de Bresser-Pereira (1981, p. 15), “é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo”. Essa definição de desenvolvimento como processo caracteriza a continuidade de suas transformações, desde que as suas contínuas etapas venham a elevar o padrão de vida nos lugares onde ele é observado e produza bem-estar social.

Em regra geral, é aceito como aspecto dominante o processo de crescimento econômico, com o alerta de que a transformação social resultante deste processo deve ocorrer no âmago do desenvolvimento. É o que considera Bresser-Pereira (1981), ao defender que o desenvolvimento deverá ser um sistema social, moldado por relações econômicas e sociais interdependentes, o que permite uma repercussão dos reflexos dessas relações entre si, a exemplo do crescimento da renda acompanhada de transformações políticas sociais. Isso deve ser levado em conta principalmente em um processo em que a condição de crescimento pelo reinvestimento do lucro é capaz de se tornar automática e, concomitantemente, autônoma pela condição suficiente de fomento dos seus próprios fatores de produção.

A desigualdade, portanto, será fruto da ausência da repercussão dessas relações no contexto apresentado, as quais não se traduzem em transformações sociais. A formação da sociedade com desigualdade, típica dos países periféricos, motivou os estudos de Amin (1976), na obra *Desenvolvimento Desigual*, em que realizou ensaio sobre as formações do capitalismo periférico. Nessa obra, o autor defende que a implantação do modo capitalista de produção nos países periféricos era distante da tecnologia aplicada ao processo produtivo nos países centrais, fator que ocasionou distorções nas condições de intercâmbio de produtos retratadas na competitividade e no preço. Assim, a integração dos países periféricos, como os latino-americanos, no sistema mundial, bem como a relação centro-periferia empreendida entre eles, está baseada em submissão a outros países e ajustes a esse cenário.

Alguns desses ajustes podem ser sintetizados na baixa remuneração da força de trabalho, na concentração de capital na atividade agrária latifundiária, na entrada do capital estrangeiro em rentáveis atividades de exportação – como é o caso da extração de recursos minerais no século XX – entre outros, que formaram uma estrutura orgânica resistente às modificações sociais, e incapaz de conduzir os países periféricos latino-americanos para uma trajetória em direção oposta ao desenvolvimento desigual.

Entre os elementos de ajustes citados por Amin (1976), a baixa renda da força de trabalho dos países periféricos apresenta-se como um dos pilares presentes nas análises de autores que deram a sua contribuição no exercício de estudar o capitalismo e o desenvolvimento dos países periféricos; a começar por Marini (2000), ao descrever as várias formas utilizadas de superexploração do trabalho. Outro autor que ratifica esse quadro é Wallerstein (1985), que revela existir um racismo no capitalismo histórico, não definido pela cor da pele ou origem estrangeira, mas pela forma opressora de relacionar-se com a baixa renda na periferia, pois considera os

oprimidos culturalmente inferiores, o que serve de justificativa ideológica global para a desigualdade.

Furtado (1981), em sua abordagem sobre o mito do desenvolvimento, destaca que o processo de industrialização das economias periféricas, iluminado pela esperança da universalização do desenvolvimento observado nos países centrais, enfrenta difíceis obstáculos referentes à falta de capital; à limitação das tecnologias disponíveis e obsoletas, quando comparadas às regiões centrais; e ao reduzido consumo do mercado interno. No entanto, reconhece que, adicionalmente a todos esses obstáculos, o aumento da capacidade competitiva das empresas que orientam os seus investimentos para países periféricos permanece centrado na utilização da baixa remuneração da sua força de trabalho, não reversível na trajetória da industrialização da economia periférica.

Nesse sentido, a renda do trabalho nos países periféricos e latino-americanos torna-se um importante indicador de mensuração da desigualdade em seu processo de desenvolvimento. É de se esperar que essa mensuração apresente uma discrepância da renda do trabalho concentrada no topo para uma minoria nesses países.

### **Desigualdade da renda e baixa remuneração em prol da acumulação de capital nos países latino-americanos**

A desigualdade socioeconômica já se fazia presente nos países da América Latina desde o início de suas atividades produtivas. O crescimento econômico dos países dessa porção do continente americano, mesmo após o processo de industrialização, não foi capaz de reduzir as distâncias sociais existentes nas sociedades componentes deste bloco. Uma dessas distâncias revela-se na ausência de equilíbrio da distribuição de renda.

A desigualdade socioeconômica desses países periféricos não se dá somente em comparação à realidade dos países centrais, mas também está presente internamente em cada território dos países latino-americanos, ante a concentração de renda nas mãos de uma pequena parcela. Para a sociedade fundamentada em atividades de produção econômica capitalista, a remuneração do trabalhador é a sua principal, se não a sua única fonte de renda para a sua sobrevivência e a dos que dele dependem. Nesse contexto, uma má distribuição de renda fomenta desigualdades socioeconômicas nas fronteiras dos países sob essa condição.

Por outro lado, a distribuição da renda de forma mais equilibrada possibilita a melhoria do bem-estar social da população e corrobora o aumento da parcela da renda destinada ao consumo, fortalecendo o mercado interno, razão pela qual se torna importante entender a desigualdade promovida pelos aspectos da distribuição de renda.

Piketty (2014) afirma que, na Europa, durante as primeiras décadas do pós-guerra, houve redução da desigualdade pela renda, deixando para trás a cultura de que a herança e o casamento são as únicas alternativas para alcançar a mobilidade social. Deste modo, ficou evidente que mudanças sociais e econômicas foram responsáveis por alterar, moderadamente, a desigualdade nos países centrais nesse período.

A Europa passou por uma fase de prosperidade, de 1945 a 1973, assentada principalmente em sua reconstrução. O investimento em infraestrutura e renovação de sua base industrial, inclusive bens de capital, beneficiou o seu crescimento so-

cioeconômico. Os Estados Unidos, em apoio a essa reconstrução, também tiveram benefícios, pois os recursos emprestados retornaram na forma de aumento das suas exportações de bens. Nessa época, para essas regiões, as novas técnicas de aumento da produtividade, como as proporcionadas por Henry Ford<sup>2</sup>, Frederic Taylor<sup>3</sup> e Henri Fayol<sup>4</sup>, permitiram aumentar a intensidade do trabalho e a acumulação de capital. Em contrapartida, a luta dos trabalhadores e as pressões sociais proporcionaram o aumento dos salários e melhores condições de trabalho, a exemplo da redução da sua jornada, maior segurança nas atividades laborais e qualificação do empregado (Oliveira, 1999).

Nesse cenário, surgem os questionamentos levantados por Kuznets (1955), por exemplo, como o que o levou a refletir se a desigualdade de renda tenderia a aumentar ou diminuir no decorrer do crescimento econômico de um país e quais seriam os fatores determinantes das tendências dessa desigualdade. Ao debruçar sobre estas questões, os seus estudos revelaram a mitigação da desigualdade traçada sob uma linha no gráfico semelhante a uma curva em forma de sino, de maneira que, em uma primeira etapa, houvesse um aumento da desigualdade, e, depois, após atingir o pico da curva, no início da segunda etapa, um declínio da desigualdade, tendo como fator determinante o avanço do processo de industrialização.

Nos mesmos estudos, Kuznets (1955) não deixou de manifestar a sua preocupação com os países periféricos; se eles teriam o mesmo padrão de comportamento da curva, com redução da desigualdade no longo prazo. Mesmo assim, a validade desses estudos passou a ser generalizada como verdade universal nos círculos de debates econômicos. As ações de fomento ao crescimento econômico nos países periféricos pareciam desprezar a preocupação do próprio Kuznets (1955) quanto à generalização de seus estudos, na esperança de que, somente no futuro, o próprio aumento da renda *per capita* se traduzisse em redução da desigualdade socioeconômica, como forma de distribuição de renda inerente ao processo de desenvolvimento.

Os resultados da pesquisa de Piketty e Saes (2003), que contemplaram o período 1913-1998, apresentam outro olhar sobre a universalidade da teoria de Kuznets (1955) e a naturalidade do seu processo de redução da desigualdade pelo crescimento econômico. Eles apontaram que as razões da redução da desigualdade são atribuídas aos choques sofridos pelos detentores de patrimônios elevados, entre 1910 e 1945, resultantes das guerras, inflação e da crise de 1930. Após os impactos causados por esses fatores, a concentração de renda não retornou aos mesmos valores de concentração existentes em épocas anteriores a esses acontecimentos. Ressaltam ainda que a adoção de impostos progressivos sobre a renda e sobre a herança, a partir do século XX, limitou o retorno à sociedade rentista. O topo da distribuição de

<sup>2</sup> “Embora não tenha inventado o automóvel, nem mesmo a linha de montagem, Ford inovou na organização do trabalho – a produção de maior número de produtos acabados com a maior garantia de qualidade e pelo menor custo possível” (Chiavenato, 2014, p. 68).

<sup>3</sup> “O norte-americano Frederick Winslow Taylor iniciou a chamada Escola da Administração Científica, preocupada em aumentar a eficiência da indústria por meio da racionalização do trabalho do operário. [...] Daí a ênfase na análise e na divisão do trabalho do operário, uma vez que as tarefas do cargo e o ocupante constituem a unidade fundamental da organização” (Chiavenato, 2014, p. 52).

<sup>4</sup> “O europeu Henri Fayol desenvolveu a chamada Teoria Clássica, preocupada em aumentar a eficiência da empresa por meio de sua organização e da aplicação de princípios gerais da administração em bases científicas. [...] A preocupação básica era aumentar a eficiência da empresa por meio da forma e da disposição dos órgãos componentes da organização (departamentos) e de suas inter-relações estruturais. Daí a ênfase na anatomia (estrutura) e na fisiologia (funcionamento) da organização” (Chiavenato, 2014, p. 52).

renda tornou-se de domínio dos executivos dependentes da renda do trabalho, e não mais dos rentistas.

A proposição da redução da desigualdade pelo crescimento é ainda abalada pela comparação realizada por Piketty (2015), das décadas de 1980 e 1990 em relação a 1970. O estudo revela que houve um retorno ao aumento da desigualdade entre as rendas dos trabalhadores de países como Estados Unidos, Reino Unido, Itália e Japão<sup>5</sup>, levando a novas análises sobre as razões da variação da desigualdade para mais ou para menos. Afirma Piketty (2015) que houve uma inversão do decréscimo da desigualdade do salário e da renda familiar, sobretudo nas regiões ocidentais analisadas, que pode ser generalizada nos anos pesquisados, o que indica uma tendência ascendente da desigualdade.

É inegável que o *boom* econômico do pós-guerra, observado principalmente na Europa, possibilitou a concretização do estado de bem-estar social, lastreado pela acumulação de capital, ante a melhoria das técnicas e o aperfeiçoamento do trabalho humano. Os países periféricos latino-americanos souberam aproveitar esse momento para adotar políticas desenvolvimentistas e reformas para desobstruir a industrialização (Cepal, 2009). Entretanto, nada disso foi capaz de alterar a desigualdade de renda estabelecida na América Latina, a qual primava pelo crescimento econômico balizado nas transposições das narrativas benignas de Kuznets (1955), como evidenciado, desconsiderando o seu apontamento para os países centrais.

Pelos entendimentos de Meller e Valdés (2009), há uma invariância dos indicadores distributivos na América Latina que revela a desigualdade coexistente com o aumento da renda *per capita* e aponta para a trajetória da curva de Kuznets divergente do formato de sino, que parece deslocar-se definitivamente na linha do horizonte. Esses autores consideram dois principais mecanismos para explicar as razões que levam os países latino-americanos ao crescimento econômico sem redução da desigualdade: o primeiro corresponde à oferta ilimitada da força de trabalho nos países latino-americanos. Isso permite ao setor produtivo expandir com uma remuneração constante do fator trabalho, elevando a margem de lucro e o seu reinvestimento no processo produtivo. E o segundo mecanismo do crescimento econômico, sem redução da desigualdade, dá-se pelo fato de um grupo de trabalhadores, que representa a maioria da força de trabalho, não ser suficientemente capaz de gerar poupança em função da sua baixa renda. As exceções são países que conseguiram migrar para a classificação de desenvolvidos, como aconteceu no Leste Asiático, com a Coreia do Sul.

Contudo o crescimento econômico com desigualdade de renda no trabalho pode ser ainda esclarecido pela perspectiva da produtividade, que refuta a ideia de que o problema seja apenas uma questão de distribuição da renda do capital, haja vista que a participação em média dos salários no valor adicionado das empresas permanece próxima, se comparada a décadas anteriores.

<sup>5</sup> De acordo com Piketty (2015, p. 30): "Nos Estados Unidos, para fazer parte dos 10% mais bem remunerados dos assalariados, era preciso ganhar 3,2 vezes mais do que para fazer parte dos 10% menos bem remunerados em 1970, contra 4,5 vezes mais em 1990". Reino Unido: 2,5 vezes (1970) para 3,3 (1990); Itália: 2,3 vezes (1980) para 2,5 (1990) e Japão: 2,5 vezes (1980) para 2,8 (1990). Em percentuais o aumento da desigualdade entre renda do trabalho nos Estados Unidos se apresenta da seguinte forma: "Nos Estados Unidos, a razão entre os 10% menos bem pagos e os 10% mais bem pagos cresceu cerca de 20% entre 1970 e 1980, depois outra vez mais ou menos 20% entre 1980 e 1990 — um aumento total de aproximadamente 50% no período [...] e reconduz os Estados Unidos ao nível de desigualdade salarial do período entre guerras".

De acordo com Piketty (2015), em 1990, o trabalho, de forma geral, permitiu ao assalariado produzir dez vezes mais que em 1870, o que também permitiu o aumento salarial na mesma proporção nos países centrais. Com bases nos dados da OCDE, Piketty (2015) revela a média de participação dos empregados dos Estados Unidos e da França na distribuição do valor adicionado das empresas destes países no período de 1920 a 1995, que permaneceu nas faixas entre 62,1% a 69,1% (nos Estados Unidos) e 61,9% a 71,8% (na França). Nesse sentido, conclui o autor que a razão da elevação dos salários não está relacionada com a participação na riqueza gerada, mas sim com a progressão da produtividade.

Para aquelas regiões em que o nível de qualificação é menor, aponta Piketty (2015), a produtividade também será reduzida, razão esta da discrepância dos níveis salariais no Sul, haja vista que o número de assalariados analfabetos desses países atinge valores superiores a 50%. Tal fato justifica o baixo poder de compra dessa força de trabalho, a qual, comparativamente, chega a ser dez vezes inferior ao dos países centrais. Demonstra, portanto, haver uma associação de baixa qualificação com o reduzido poder aquisitivo dos assalariados. Desta forma, nos países periféricos, sugere-se que a progressão da produtividade tenha ritmos menores, quando lastreada pela baixa capacitação da força de trabalho e quando mantidos permanentes outros fatores de produção.

O contexto da baixa produtividade e da participação do empregado no valor adicionado induz a levantar a seguinte questão: quais seriam os patamares de participação dos salários sobre o valor adicionado das empresas de um país latino-americano em relação aos países centrais?

A evidência dessa realidade, não encontrada em estudos comparativos de vários países periféricos, pode ser demonstrada pela comparação dos estudos distintos, como o realizado por Batista (2018) sobre a distribuição da riqueza a partir do valor adicionado de 416 empresas atuantes no Brasil; como também nos estudos de Pong e Mitchell (2005) sobre o valor adicionado no Reino Unido, os quais contemplaram 409 empresas. Ambas as pesquisas evidenciam períodos coetâneos, passíveis de comparação, compreendidos entre 1999 e 2003, nos quais foi demonstrado existir discrepância na participação dos empregados na distribuição do valor adicionado. No Reino Unido, se comparado ao Brasil, verificam-se médias de 79% e 17%, respectivamente.

Na análise dessa comparação, é possível também verificar a existência da discrepância do percentual do lucro sobre o valor adicionado sobre as amostras desses países. A média de participação do lucro sobre o valor adicionado para as empresas do Reino Unido e do Brasil, respectivamente, corresponde a 5,9% e 12,1%. Os resultados comparativos revelam, portanto, uma maior participação do lucro sobre o valor adicionado no Brasil, divergente da média observada na participação do empregado<sup>6</sup>.

Esses resultados coadunam com os argumentos de Marini (2000) sobre a superexploração do trabalho, nos anos 1970, sem que houvesse mudanças dessa dinâmica, pois, ao verificar a menor participação dos salários sobre esse montante, por

<sup>6</sup> Um quadro comparativo entre os estudos de Pong e Mitchell (2005) e Batista (2018) e os da distribuição do valor adicionado em percentual entre Reino Unido e Brasil pode ser observado na pesquisa realizada por Sales, Batista e Theófilo (2019) que demonstra o seguinte comportamento respectivamente: Empregados: 79,5% e 17,1%; Governo: 6,9% e 42,7%; Financiadores: 7,8% e 27,9%; Acumulação de Capital: 5,9% e 12,1%.

maior que seja a produtividade das empresas nos países periféricos, ainda assim, haveria uma desigualdade de renda, se comparada com os países centrais. No entanto, a superexploração do trabalho representa uma compensação da baixa produtividade dos países periféricos de forma a manter a atratividade do capital estrangeiro.

Contudo, o PIB de países periféricos em valores correntes, como o dos países da América Latina, apresenta uma contínua ascensão no longo prazo, segundo dados do World Bank<sup>7</sup>, o que sugere também uma maior produtividade e melhoria do poder aquisitivo dos salários, se vistas pelo ângulo da associação dessas duas variáveis destacadas pelos dados empíricos de Piquetty (2015). Ressalta-se que essa configuração de baixa participação da renda dos trabalhadores no valor adicionado das empresas atuantes nos países da América Latina forçará a manutenção do hiato entre as médias salariais desses países em relação aos países centrais e da garantia de níveis atrativos de acumulação de capital pelos investidores nessas regiões.

Essa situação contribui também para compreender a ausência de convergência dos países latino-americanos para os patamares mais elevados de padrão de vida dos países centrais. É o que revelam Meller e Valdés (2009), ao apresentar evidências empíricas, baseadas nos estudos de Chowdhury (2004). Eles demonstram existir divergência crescente de renda *per capita* entre os países periféricos e centrais, no sentido de haver uma menor tendência de aumento da renda dos países periféricos em relação aos centrais.

Para esses autores, a América Latina afasta-se em divergência crescente do PIB *per capita* dos Estados Unidos, com participação de 30% em seu PIB em 1950 para 20% em 2008<sup>8</sup>, embora haja uma certa indefinição de formação de tendência no último período analisado, de 1990 a 2006. Apesar de a razão dessa divergência não ser apresentada como reflexo da menor participação da renda dos trabalhadores no valor adicionado das empresas na América Latina, por esses autores, os seus estudos não excluem a possibilidade de existir uma associação entre essas variáveis.

Resta ainda verificar a desigualdade interna de renda dos países latino-americanos. A diferença da renda familiar entre ricos e pobres durante a década de 1990, apresentada pela CEPAL (2004), revela que, na maioria dos países da região, o decil mais rico apropria mais de 30% da receita total, como é o caso do Brasil, que chegou a 45%. Além disso, com exceção da Costa Rica e Uruguai, de 66% a 75% da população<sup>9</sup> possuem renda *per capita* inferior à média global. Mais recentemente, a CEPAL (2019) sublinha que, apesar de a desigualdade de renda ter reduzido entre 2002 e 2014, a partir de 2015, assim como no Brasil, essa tendência tem desacelerado. Países<sup>10</sup> nos quais a desigualdade de renda aumentou no período de 2014 a 2018 também tiveram aumento das diferenças de renda absolutas entre o primeiro e o décimo decil.

<sup>7</sup> WORLD BANK. Grupos de países e empréstimos do Banco Mundial. Disponível em: <<https://datahelppdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519>>. Acesso em: 24 de fev. 2020.

<sup>8</sup> Já o coeficiente da média da renda per capita entre os países mais ricos e mais pobres analisados “salta de 6 para 1 em 1820 para 70 para 1 em 1992” (Meller; Valdés, 2009, p. 191).

<sup>9</sup> “La relación de ingresos entre el decil más rico y los cuatro deciles más pobres también da cuenta de una alta concentración. La mayor distancia a este respecto se verifica en Brasil, donde el decil más acomodado tiene un ingreso 32 veces superior al ingreso conjunto de los cuatro deciles menos favorecidos. En la región, esta diferencia alcanza un promedio simple de 19,3 veces, valor sumamente alto si se lo compara, por ejemplo, con el de Uruguay (8,8 veces) o de Costa Rica (12,6 veces), países con la mejor distribución del ingreso de toda la región” (CEPAL, 2004, p. 86).

<sup>10</sup> Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai (CEPAL, 2019).

Para compreender a realidade brasileira de concentração de renda, os estudos de Souza (2016) contemplaram o seu comportamento no período entre 1926 e 2013. A sua pesquisa demonstrou que, no Brasil, assim como no restante do mundo, o período pós-guerra reduziu a fração apropriada dos mais ricos na renda do país, fato que durou apenas na década de 1950. Todavia a desigualdade da renda teve retomada a partir de 1964, passando pela década de instabilidades em 1980 até o início dos anos 1990. A partir de 2000 até 2009, o país apresentou uma recuperação econômica com redução do coeficiente Gini<sup>11</sup> com subseqüentes variações de aumento em 2012 e retorno à redução em 2013. Segundo dados do World Bank<sup>12</sup>, no Brasil, o coeficiente Gini interrompe sua tendência de redução a partir de 2016 com ascensão até 2018, retornando aos mesmos patamares dos últimos 10 anos.

Essas observações coincidem com os grandes ciclos políticos do desenvolvimento, das ditaduras de 1937 e de 1964. Com a Constituição de 1988 e, posteriormente, a estabilidade da moeda nacional e retomada econômica, Souza (2016) observa, nesse período, a existência de uma relativa estabilidade na desigualdade brasileira, na qual a fração recebida pelo centésimo mais rico esteve em torno de 20% e 25% da renda. Entretanto, ao longo do período, houve um comportamento de ondas, com variações no período analisado, divergente das observadas nos países centrais da Europa, as quais mantiveram-se abaixo dos 15%. Mais recentemente, após 2015, a retomada da concentração de renda, apontada pelo índice de Gini, coincide com a intensificação de adoção de medidas neoliberais ocorridas no país<sup>13</sup>.

## Considerações Finais

A análise da realidade do contexto do desenvolvimento desigual sob a ótica da baixa renda e desigualdade de renda encontrada nos países latino-americanos contribui para compreender como os países latino-americanos se submetem a um arranjo prejudicial de desenvolvimento socioeconômico, em função da necessidade de adequarem-se a opressões do sistema econômico mundial.

Os estudos apresentados até aqui e as suas associações com fatos e elementos socioeconômicos que justificam a baixa renda e desigualdade de renda, principalmente advindas da força de trabalho, ecoam das investigações relativas ao papel dos países periféricos no sistema econômico mundial, envolvendo questões como a geração e acumulação de riqueza decorrentes das atividades produtivas presentes no espaço geográfico dos países periféricos e da superexploração do trabalho, frequentes nesses espaços, corroborada pelo exército de força de trabalho disponível e desqualificada.

<sup>11</sup> Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* no Brasil em 2001: 0,5944; 2009: 05401 (IBGE, 2020). “Medida de concentração, mais frequentemente aplicada à renda [...]. Os valores do coeficiente de Gini variam entre 1 e zero; quanto mais próximo de 1 for o coeficiente, maior será a concentração na distribuição de qualquer variável, acontecendo o contrário à medida que esse coeficiente se aproxima de zero” (Sandroni, 1999, p. 106).

<sup>12</sup> WORLD BANK. Grupos de países e empréstimos do Banco Mundial. Disponível em: <<https://datahel-pdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519>>. Acesso em: 24 de fev. 2020.

<sup>13</sup> Medidas neoliberais adotadas pós-*impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, ocasião em que o vice-presidente Michel Temer assume a presidência, em 12 de maio de 2016, conforme aponta Santos (2016), com medidas que visam à consolidação de um Estado Mínimo para a área social e ações de impactos negativos sobre a auditoria fiscal do trabalho, levando à sua fragilização e agravando o processo de precarização do mercado.

Dessa forma, as discussões trazidas até aqui fortalecem e complementam o entendimento de que, a partir da industrialização, o comportamento da desigualdade da renda, nos países periféricos e centrais, revelou-se distinto. Na trajetória da relação comercial entre esses países, restou, aos latino-americanos, o papel de fornecer, aos centrais, as condições necessárias e suficientes para alimentar o processo produtivo desses países centrais, a exemplo do fornecimento de *commodities*. Com essa atribuição, os latino-americanos e demais países periféricos contribuem para a redução das contradições do capitalismo nos territórios dos países com industrialização avançada, sob o lastro da exploração da desqualificada força de trabalho e da baixa remuneração nos países latino-americanos. De maneira particular, o capitalismo que se reproduz nesses países, com menor avanço no processo de industrialização, a exemplo dos da América Latina, deixaram uma herança histórica de distorções em suas transformações sociais.

A desigualdade da renda no trabalho, observada no ambiente interno da América Latina ou nas comparações com países centrais, apresenta-se como um elemento de base para a manutenção da atratividade do capital estrangeiro à custa, entre outros elementos, da superexploração da força de trabalho e a sua consequente desigualdade de renda inter e intrarregional na economia mundial. Refuta-se, dessa forma, o entendimento distorcido de correntes que defendem a existência de privilégios estabelecidos pela legislação de proteção excessiva à força de trabalho nesses países superexplorados, uma vez que a realidade mostra-se diversa, com remuneração e benefícios discrepantes em relação aos observados nos países centrais.

Apesar da preferência do capital estrangeiro por investimentos em países ricos, com menores riscos, os países latino-americanos constituem uma alternativa para empreendimentos voltados para recursos naturais, produtos agrícolas e serviços públicos privatizados. Por sua vez, esses investidores contam com a baixa renda do trabalho, em relação à média salarial mundial, que é vista como um baixo custo para produção e, concomitantemente, expectativa de remuneração elevada sob o capital investido.

Ademais, internamente, a elevada concentração da renda do trabalho, para uma minoria, torna a maioria da força de trabalho com pequena participação no valor adicionado gerado pelo empreendimento das corporações. O reflexo de todo esse cenário é a continuidade de um desenvolvimento desigual pela perspectiva da renda que se estende já a longas décadas nos países latino-americanos.

## Referências

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual** - ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

BATISTA, Alexandre Teixeira Norberto. **Dimensões latentes da distribuição da riqueza: uma análise a partir da demonstração do valor adicionado**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Panorama social da América Latina - 2019**. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44412/1/S1801085\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44412/1/S1801085_pt.pdf). Acesso em: 3 dez. 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Una década de desarrollo social en América Latina, 1990-1999**. Santiago: Nações Unidas, 2004. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/2382-decada-desarrollo-social-america-latina-1990-1999>. Acesso em: 24 ago. 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. Barueri, SP: Editora Manole, 2014.

CHOWDHURY, Khorshed. **Convergence of per capita GPD across SAARC countries**. Wollong, Australia: University of Wollongong: Economics working paper series, jan. 2004. Disponível em: <https://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1092&context=commwkpapers>. Acesso em: 25 out. 2024.

FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice de Gini da renda domiciliar per capita**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2011/b09ufb.htm>. Acesso em: 24 ago. 2020.

KUZNETS, Simon. Economic Growth and Income Inequality. **The American Economic Review**, v. 45, n. 1, 1955. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1811581?seq=1>. Acesso em: 16 jan. 2020.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica da dependência**. Coimbra: Centelha, 1976.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. *In*: Título da obra. SADER, Emir (org.). Petrópolis: Vozes: Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MELLER, Patrício; VALDÉS, Gonçalo. Crescimento Econômico na América Latina. *In*: CARDOSO, Fernando Henrique; FOXLEY, Alejandro (org.). **América Latina, desafios da democracia e do desenvolvimento**: governabilidade, globalização e políticas econômicas para além da crise. v. 1. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: IFHC, 2009.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. Crises e ciclos e evolução do capitalismo. *In*: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (org.). **Capitalismo**: da gênese à crise atual. Montes Claros: Ed. Unimontes, 1999.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. 142 p.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel. Income inequality in the United States, 1913-1998. **QJE**, n. 118, p. 1-39, 2003.

PONG, Chris; MITCHELL, Falconer. Accounting for a disappearance: a contribution to the history of the value added statement in the UK. **Accounting Historians Journal**, v. 32, n. 2, p. 173-199, jul. 2005.

SALES, Handerson Leonidas. **Relação centro-periferia e o desenvolvimento desigual nos municípios mineiros com atividade mineradora**. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2021.

SANDRONI, Paulo (org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Roseniura. A retomada do Programa Neoliberal no governo Temer e seus possíveis impactos sobre a auditoria fiscal do trabalho brasileira. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 239, p. 795-812, 2016.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O capitalismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WORLD BANK. **Grupos de países e empréstimos do Banco Mundial**. Disponível em: <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519>. Acesso em: 24 de fev. 2020.